



III Seminário Acadêmico da Graduação UNIJUI

**EDUCAÇÃO INTEGRAL COMO POLÍTICA PÚBLICA EM TERRITÓRIOS DE
VULNERABILIDADE SOCIAL: CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**Magali Pereira de Oliveira¹
Roberto Pinheiro de Matos²
Nelson José Thesing³
Adriane Fabricio⁴
Pedro Luís Büttenbender⁵**Resumo**

Este estudo analisa a educação integral como política pública, uma estratégica para a promoção da equidade, da justiça social e do desenvolvimento sustentável em territórios marcados por múltiplas vulnerabilidades. Fundamentado em bases de caminhos teóricos-metodológicos, com uma abordagem qualitativa, objetivos descritivos, com procedimentos bibliográficos, contemplando uma reflexão crítica, para compreender de como a escola se configura como espaço ampliado de proteção social, pertencimento e articulação intersetorial. Ao superar a concepção reducionista da ampliação da jornada escolar, a educação integral é compreendida como um projeto político-pedagógico que necessita de uma reorganização curricular, ao contar com a transversalidade de saberes, permeando a integração entre diferentes políticas públicas, na busca de um processo emancipatório escolar e comunitário.

Palavras-chave: Educação integral; políticas públicas; territórios socialmente vulneráveis; ODS e inclusão social.

Trabalho desenvolvido na disciplina de Políticas Públicas e Gestão de Território do curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIJUI

¹ Mestranda no Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional, na Unijuí. E-mail magali.oliveira@sou.uniji.edu.br ORCID <https://orcid.org/0009-0002-4689-898X>

² Mestrando no Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional, na Unijuí. E-mail roberto.matos@sou.unijui.edu.br ORCID <https://orcid.org/0009-0007-8543-2732>

³ Professor no Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional, na Unijuí. E-mail: nelson.thesing@unijui.edu.br ORCID <https://orcid.org/0000-0001-7123-0717>

⁴ Professora no Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional, na Unijuí. E-mail: adriane.fabricio@unijui.edu.br ORCID <https://orcid.org/0000-0002-3508-2769>

⁵ Professor no Programa Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional na Unijuí. E-mail: pedrolb@unijui.edu.br ORCID <https://orcid.org/0000-0002-7011-8552>



1. Introdução e Objetivos

A educação integral tem se consolidado como uma estratégia pedagógica e uma política fundamental para o enfrentamento das desigualdades sociais, culturais e territoriais no Brasil. Sua implementação em territórios socialmente vulneráveis evidencia um potencial transformador, na medida em que articula a ampliação da jornada escolar com práticas educativas contextualizadas, valorização dos saberes locais e o fortalecimento de vínculos comunitários. Mais do que ampliar o tempo na escola, trata-se de ressignificar sua função social, transformando-a em espaço de escuta, proteção, pertencimento e articulação intersetorial.

Assim, fundamentado em autores como Freire, Dewey, Vygotsky, Arroyo, Carvalho e Gadotti, a educação integral pode ser compreendida como um Projeto Político-Pedagógico orientado à emancipação dos sujeitos e à reconstrução democrática do tecido social. O que oportuniza sua vinculação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030, especialmente os ODS 4, 10, 11, 16 e 17, que reforçam o papel da educação na promoção da equidade, da inclusão social e do desenvolvimento sustentável.

Desta forma, o contexto da educação integral, objeto da presente investigação tem como objetivo principal, compreender a educação integral, como política pública, voltada à superação das desigualdades nos territórios vulneráveis. Especificamente, busca-se: compreender de como a escola pode atuar como espaço ampliado de proteção e articulação de políticas sociais, ao analisar o papel dos saberes territoriais na construção de práticas pedagógicas emancipadoras, ao identificar os principais desafios na implementação intersetorial; e refletir sobre a contribuição da educação integral para o cumprimento dos ODS e para a transformação social nas comunidades escolares e comunitárias.

2. Metodologia

Este estudo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa de caráter teórico-reflexivo, tendo como principal estratégia metodológica, a abordagem de um referencial teórico, para identificar possíveis caminhos práticos no contexto educacional (Gil, 2010). Ou seja, de olhares políticos-pedagógicos para fazer a crítica e assim produzir um conhecimento de emancipação. Significa ver o outro não como objeto, mas como sujeito do conhecimento com o propósito de “[...] repensar e reconstruir o significado de emancipação humana” (Giroux, 1986, p. 21). Nesta direção, a pesquisa busca compreensões nas orientações (Alves-Mazotti, A. J.; Gewandszvalder, F. 1999), para compreender os caminhos da transformação da vida das pessoas, especialmente no ambiente escolar e comunitário, tendo presente também o Plano Nacional de Educação (PNE), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que orientam a análise da educação enquanto direito social e instrumento de justiça cognitiva.

Por fim, para Melo (2011, p. 249), uma das características das interpretações da Teoria Crítica é a busca pela compreensão das “condições emancipatórias socialmente existentes”, ao contar com diagnóstico e análise sobre as possibilidades e os obstáculos para a emancipação das pessoas. Por conseguinte, as estratégias da pesquisa contam com os caminhos interpretativistas, que auxiliam na compreensão da educação integral e não impor categorias para o estudo do objeto.



3. Resultados e Discussão

As análises das investigações evidenciam que a efetivação da educação integral, especialmente, em territórios de vulnerabilidade social, depende de um conjunto de fatores inter-relacionados que vão além da simples ampliação da jornada escolar. A proposta exige um Projeto Político-Pedagógico consistente em incorporar um conjunto de práticas intersetoriais, escuta ativa das comunidades, valorização dos saberes territoriais constituídos ao longo da história.

Destaca-se como elemento central a intersetorialidade, compreendida como articulação entre as políticas de educação, saúde, assistência social, cultura, mobilidade urbana e geração de renda. A ausência dessa integração compromete os resultados e impõe à escola o desafio de responder sozinha às demandas complexas da comunidade escolar.

Outro aspecto relevante refere-se à territorialização das práticas educativas. A escola, quando reconhece o território como espaço de construção de identidade, pertencimento e resistência, fortalece os vínculos com a comunidade e amplia sua capacidade de promover justiça social. A escuta do território e o diálogo com os sujeitos reais — seus tempos, saberes e culturas — são dimensões indispensáveis para o êxito da educação integral.

Ainda que os desafios estruturais sejam significativos — como a carência de infraestrutura, a escassez de financiamento e a fragilidade da formação docente —, experiências exitosas apontam caminhos possíveis. Escolas que atuam em rede com Conselhos Tutelares, Centro de Referência de Assistência Social (Cras), O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Secretarias de Saúde e assistência Social, lideranças comunitárias, fortalece e consolida espaços de proteção social e aprendizagem significativa, evidenciando que a educação integral é viável quando construída de forma coletiva, situada e democrática, alicerçada em orientações de Piaget (1972) e Dewey (1976), Vygotsky (1987), Freire (1996), Carvalho (2004), Gadotti (2009), Arroyo (2013), Brandolin (2016), Cardoso e Oliveira (2023).

Por fim, observa-se que a articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável reforça a legitimidade da educação integral como política estratégica de enfrentamento à desigualdade. A convergência com os ODS 4, 10, 11, 16 e 17 fortalece o compromisso da educação com a equidade, a inclusão e a sustentabilidade, tanto em escala como na comunidade, o que amplia as possibilidades dos caminhos no processo de emancipação das pessoas, fortalecendo a educação integral como um dos caminhos a serem trilhados pelas comunidades escolares

4. Conclusão

A educação integral, compreendida como política pública estruturante, revela-se uma estratégia potente para o enfrentamento das desigualdades e a promoção da equidade em territórios socialmente vulneráveis. Sua efetividade, no entanto, depende de uma concepção ampliada da comunidade escolar, não apenas como espaço de ensino formal, mas como agente articulador de políticas intersetoriais, promotoras de vínculos sociais e mediadora entre o Estado e a comunidade escolar.

Pelos dados coletados ao longo da investigação, a pesquisa permite evidenciar que a implementação da educação integral necessita da valorização dos saberes territoriais, da escuta



ativa das comunidades e do compromisso com práticas pedagógicas sensíveis à diversidade e à realidade da comunidade. Nesse contexto, destaca-se o papel fundamental dos educadores e das equipes gestoras na mediação entre Currículo, território e direitos sociais.

Além disso, a vinculação da educação integral aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável amplia seu alcance e legitimidade, reforçando sua contribuição para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis. Os ODS 4, 10, 11, 16 e 17, em especial, evidenciam a centralidade da educação na transformação das condições de vida e no fortalecimento da democracia.

Consolidar a educação integral como política pública nos territórios vulneráveis requer, portanto, ações planejadas, investimento público contínuo, formação qualificada dos profissionais da educação e participação ativa das comunidades. Mais do que uma diretriz pedagógica, trata-se de um Projeto de Reconstrução Social orientado por princípios de justiça, inclusão e emancipação.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999
- ARROYO, M. G. **Escola Integral: Diversidade e Inclusão**. São Paulo: Loyola, 2013.
- BRANDOLIN, A. R. Educação integral: desafios e possibilidades da escola em tempo integral. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 1396-1422, 2016.
- CARDOSO, P. M.; OLIVEIRA, A. P. S. Educação integral e redes intersetoriais: a experiência de uma escola em região periférica. **Revista Retratos da Escola**, v. 17, n. 34, p. 533–551, 2023.
- CARVALHO, M do C B de. Intersetorialidade na gestão do trabalho social com famílias: construção de um percurso. **Serviço Social & Sociedade**, n. 77, p. 134-157, 2004.
- DEWEY, J. **Experiência e educação**. São Paulo: Editora Nacional, 1976.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, M. **Educação para o desenvolvimento sustentável: um enfoque da educação integral**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**, 5ª ed, São Paulo: atlas, 2010
- GIROUX, H. **Teoria crítica e resistência em educação**. Petrópolis: Vozes, 1986
- MELO, R. Teoria crítica e os sentidos da emancipação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 62, p. 249-262, maio/ago. 2011.
- OLIVEIRA, J. M. Educação integral e escuta do território: práticas democráticas em escolas públicas. **Revista Currículo sem Fronteiras**, v. 21, n. 2, p. 489–505, 2021.



ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo:** a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Assembleia Geral das Nações Unidas, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 25 jun. 2025.

PIAGET, J. A **Psicologia da Criança**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1972.

UNESCO. **Educação 2030:** Declaração de Incheon e Marco de Ação para a implementação do ODS 4. Paris: UNESCO, 2015.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.